

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATO Nº 500/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E ABRAÃO CÉSAR DO NASCIMENTO, PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE BANHO.

Prazo: 40 (quarenta) dias

Valor: R\$ 225.778,16 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos)

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 102/SS/2026

Dotação Orçamentária: 60.70.3.3.90.32.10.302.0011.2.058.01.3020000

Processo Administrativo digital nº 59711/2026

DAS PARTES

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Sr. George Lucas Zenha de Toledo, conforme os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 2023, e do Decreto Municipal nº 19.484, de 2023, e das demais normas legais aplicáveis, doravante denominado CONTRATANTE, e ABRAÃO CÉSAR DO NASCIMENTO, com sede à Rua João Collino, 84, Centro, na cidade de Osasco - SP, inscrita no CNPJ nº 05.323.901/0001-38 e Inscrição Estadual nº 492.455.591.113, representada por seu Sócio Abraão César do Nascimento, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004[REDACTED]45 e do RG nº 106[REDACTED]60 SSP/SP, com endereço comercial à Rua João Collino, 84, Centro, na cidade de Osasco - SP, doravante simplesmente designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº 59711/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, tendo entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Cadeiras de Banho, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vincula esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta do CONTRATADO e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 40 (quarenta) dias contados a partir da sua assinatura, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA 3ª – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência – ANEXO ÚNICO deste Contrato.

3.2. O CONTRATADO deverá proceder às entregas do objeto contratado, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, mediante Autorização de Fornecimento, por escrito, do CONTRATANTE.

3.3. O CONTRATADO se obriga à execução integral do fornecimento, objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, seja por erro seja por omissão.

3.3.1. Os fornecimentos de forma discrepante com o objeto contratado deverão ser refeitos / corrigidos / trocados de conformidade com o determinado pela fiscalização imediatamente ao recebimento da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e Contrato.

3.4. Os bens adquiridos serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da Prefeitura de São José dos Campos.

3.4.1. Vinculam-se aos critérios estabelecidos nesta Cláusula 3ª as determinações específicas ao recebimento contidas no Termo de Referência – ANEXO ÚNICO do Contrato.

3.5. Na hipótese da não aceitação dos materiais, o CONTRATANTE notificará o CONTRATADO das irregularidades, registrará o fato e estipulará prazo máximo para correção do(s) vício(s) mediante a lavratura de Termo de Constatação de Irregularidade –T.C.I. , sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

3.6. O CONTRATADO deverá sanar a(s) irregularidade(s) conforme determinação da fiscalização do CONTRATANTE.

3.6.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo determinado, a contar da notificação do CONTRATADO, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

3.7.1. O não atendimento da prescrição acima sujeita o licitante à recusa dos bens, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

3.8. Não será aceito preço divergente do contratado.

3.9. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o bem em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções cabendo à fiscalização não atestar o Recebimento Definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

3.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pela qualidade e garantia do objeto.

CLÁUSULA 4ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 5ª – DO PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de R\$ 225.778,16 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos).

CLÁUSULA 6ª – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos devidos serão feitos em **30 (trinta) dias** corridos, após o recebimento **definitivo** dos materiais e respectiva nota fiscal/fatura devidamente assinada pela Secretaria requisitante.

6.1.1. Vinculam-se aos critérios estabelecidos nesta Cláusula 6ª as determinações específicas ao pagamento contidas no Termo de Referência.

6.2. Nas hipóteses em que seja obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme previsto na Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail constante do ANEXO ÚNICO do presente Contrato.

6.3. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo o CONTRATADO indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

6.4. Aplica-se à contratação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR por parte da Administração Pública Municipal.

6.5. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará o CONTRATANTE à multa de 1% (um por cento) em favor do CONTRATADO, além dos juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por mês, e atualização monetária, conforme o índice IPC FIPE.

CLÁUSULA 7ª – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPC FIPE, observadas as regras estabelecidas na Lei Federal nº 10.192/2001, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sendo adotada a seguinte fórmula:

$$R = P_o \cdot \left[\frac{IPC}{IPC_o} - 1 \right]$$

Onde:

R= parcela de reajuste;

Po= preço inicial do mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo= variação do IPC FIPE – Índice de Preço do Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO devidamente instruídas e endereçadas à Divisão de Gestão Orçamentária e Contratos da Secretaria responsável pela contratação. O

CONTRATADO poderá exercer, perante a Municipalidade, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no item 7.2.

7.9.1. Caso o CONTRATADO não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte do CONTRATADO.

CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.1.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar a Secretaria de Apoio Jurídico, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 3 (três) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 9ª – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar, quando for o caso, o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo estipulado no Anexo Único que antecede a data da entrega, o motivo comprovado impeditivo do cumprimento do prazo de entrega avençado;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou chefe do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.15. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.19. Ao longo de toda a execução do contrato, o CONTRATADO deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

9.1.20. Sempre que solicitado pela Administração, o CONTRATADO deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação de empregados que preencherem as referidas vagas (Notificação 14369_2023 Ministério Público do Trabalho_proc 113654_2023).

CLÁUSULA 10ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

10.1. O Município de São José dos Campos no atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, sempre que aplicável, realiza o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709 /2018.

10.1.1. As PARTES, por si, seus representantes, empregados, prepostos, colaboradores e terceiros contratados, comprometem-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Decreto nº 10.046/2019, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), o Decreto Municipal nº 18.855/2021, bem como demais normas, regulamentos e políticas internas aplicáveis, mantendo comprovação de tal cumprimento durante toda a execução deste instrumento.

10.1.2. O tratamento de dados pessoais realizado em decorrência deste instrumento observará os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização, nos termos da legislação vigente, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais ocorrerá de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento será limitado às atividades necessárias à execução do objeto deste instrumento, podendo ocorrer também quando necessário para cumprimento de obrigação legal ou regulatória, execução de políticas públicas, exercício regular de direitos ou por determinação judicial ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à execução do objeto, após ciência e autorização da municipalidade, a parte responsável deverá obter o consentimento do titular, salvo quando presente outra hipótese legal que dispense tal consentimento;

d) os dados pessoais coletados ou acessados somente poderão ser utilizados para os fins previstos neste instrumento, sendo vedado o compartilhamento ou utilização para finalidade diversa, salvo autorização expressa e escrita pela Municipalidade.

10.1.3. As PARTES reconhecem que poderão ter acesso, direto ou indireto, a dados pessoais e informações confidenciais relacionados à execução do presente instrumento, comprometendo-se a garantir sua segurança, integridade, confidencialidade e rastreabilidade, mediante adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas, quando for o caso, incluindo:

a) implementação de controles de acesso, políticas de senhas, registro de logs e mecanismos de rastreabilidade;

b) utilização de sistemas seguros e atualizados para armazenamento e processamento de dados pessoais;

c) limitação de acesso às informações somente a pessoas autorizadas e capacitadas;

d) manutenção de canal de comunicação entre prepostos das partes para reporte de incidentes de segurança e demandas de titulares.

10.1.4. O eventual acesso a bases de dados que contenham informações pessoais implicará para todos os envolvidos o mais absoluto dever de sigilo, vigente durante a execução deste instrumento e pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos após o seu término, salvo quando norma posterior exigir período superior.

10.1.5. A PARTE que tratar dados pessoais deverá dar ciência formal a seus empregados e subcontratados das obrigações previstas nesta cláusula e assegurar que todos estejam vinculados a compromisso de confidencialidade, treinados quanto às normas da LGPD e instruídos sobre a Política de Privacidade da Administração Pública Municipal.

10.1.6. A PARTE que atuar como operadora compromete-se a notificar a Municipalidade no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência sobre:

a) qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados, informando a natureza dos dados afetados, número estimado de titulares, possíveis consequências e medidas corretivas adotadas;

b) qualquer comunicação, notificação, requisição ou intimação proveniente da ANPD, do Poder Judiciário, do Ministério Público ou de outro órgão de controle relacionada ao tratamento de dados pessoais no âmbito deste instrumento.

10.1.7. As PARTES cooperarão mutuamente para garantir o atendimento dos direitos dos titulares de dados pessoais (arts. 17 a 22 da LGPD) e o cumprimento de solicitações ou determinações das autoridades competentes, podendo, a critério da Municipalidade, ser solicitada colaboração na elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme o risco e a sensibilidade das informações tratadas.

10.1.8. Ao término da vigência deste instrumento, ou não havendo mais necessidade de uso dos dados pessoais, a PARTE que os estiver tratando deverá, em até 30 (trinta) dias, sob instrução da Municipalidade, eliminar, anonimizar ou devolver integralmente os dados pessoais e todas as cópias existentes, em meio físico ou digital, salvo quando houver obrigação legal ou regulatória que imponha sua conservação.

10.1.9. A Municipalidade poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias técnicas e administrativas para verificar a conformidade das medidas de proteção de dados adotadas pela outra parte, que deverá fornecer todas as informações e evidências solicitadas.

10.1.10. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a parte infratora às sanções civis, administrativas, contratuais e penais cabíveis, sem prejuízo da reparação integral dos danos materiais, morais ou à imagem causados a terceiros, aos titulares dos dados ou à Administração Pública.

10.1.11. Esta cláusula subsistirá após o término da vigência deste instrumento enquanto houver obrigação legal de retenção dos dados ou enquanto estes permanecerem sob guarda de qualquer das partes.

CLÁUSULA 11ª – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 12ª - DO RECEBIMENTO

12.1. O recebimento será provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação da licitação e, definitivo, após a verificação da quantidade e especificação contida na Autorização de Fornecimento e proposta do CONTRATADO e consequente aceitação.

12.2. Os objetos deverão ser entregues de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

12.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

12.3.1. O não atendimento da prescrição acima sujeita o CONTRATADO à recusa do material, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

12.4. O recebimento provisório será feito mediante a entrega do objeto, conforme constar da Autorização de Fornecimento.

12.5. O recebimento definitivo será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da entrega, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte do CONTRATANTE.

12.5.1. Antes do término do prazo estabelecido, ocorrendo reprovação na conferência, a Prefeitura notificará a empresa através do Termo de Constatação de Irregularidade – T.C.I., estipulando prazo máximo para substituição do material(is).

12.6. Não será aceito material com preço divergente do constante na Autorização de Fornecimento e proposta vencedora.

12.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do licitante e/ou fabricante pela qualidade e garantia do objeto.

12.8. Não será permitida a entrega do objeto contratado sem que o órgão competente do Município de São José dos Campos emita, previamente, a respectiva AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

CLÁUSULA 13ª – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV. Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.1333, de 2021.

(2) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

(3) Multa de 15% a 30% do valor do contrato licitado para as infrações previstas no item 13.1 desta CLÁUSULA 13ª.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA 14ª – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Independentemente de interpelação judicial, o Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, art. 137 e seguintes.

14.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto, quando exigível;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas, quando o caso;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.6. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.10. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA 15ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A aquisição será atendida pela dotação orçamentária(s) nº 60.70.3.3.90.32.10.302.0011.2.058.01.3020000 constante do exercício de 2026 (recurso próprio).

CLÁUSULA 16ª – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos estabelecidos pelo Código Civil.

CLÁUSULA 17ª – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA 18ª – DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro de São José dos Campos/São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

São José dos Campos, 14 de Outubro de 2026.

SIPEX

ASSINATURA
ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por: **GEORGE LUCAS ZENHA DE TOLEDO, CPF: 396.**

XXX.XXX-2, 091, SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE, SECRETÁRIO(A), em 07/10/2026
as 14:07

PREFBOOK

ASSINATURA
ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por **ABRAAO CESAR DO NASCIMENTO, CPF 004.XXX.X68-45, RG 10XXXX60,**

Cargo Proprietário, Telefone institucional: 11991591762 E-mail institucional: nascimentoabrao@gmail.com, empresa

ABRAAO CESAR DO NASCIMENTO - ME - 05.323.901/0001-38, em 14/10/2026, às 21:11, conforme o Decreto 17.620
/2017.

SIPEX

ASSINATURA
ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por: **RICARDO SIMAO, CPF: 129.XXX.XXX-10, Matrícula:**

482, COORDENADOR(A) DE CONTRATOS, TESTEMUNHA, em 06/10/2026 as 15:22

SIPEX

ASSINATURA
ELETRÔNICA

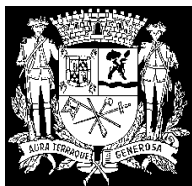
Documento assinado eletronicamente por: **ANDRE LUIZ MORALLES ROBERTI COSTA, CPF:**

292.XXX.XXX-70, Matrícula: 427, CHEFE DE FORMALIZAÇÃO E ATOS, TESTEMUNHA,
em 06/10/2026 as 14:35



A veracidade do documento pode ser conferida no site

<https://servicos.sjc.sp.gov.br/ConsultaAssinaturaContrato/Consulta.aspx?p=59711=2026=100050820> ou informando os seguintes dados: Nº Processo: **59711** Ano: **2026** Identificador: **100050820**



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Secretaria de Saúde
Divisão de Planejamento de Suprimentos de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/SS/2026

ANEXO IB - CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

A Empresa classificada em 1º lugar deverá comprovar junto a Divisão de Planejamento de Suprimentos de Saúde, através de cópia previamente autenticada, **a documentação abaixo relacionada:**

1. Alvará de Funcionamento ou Licença de Funcionamento, com validade em vigor e expedido por órgão competente da Vigilância Sanitária.
2. Para as licitantes que ofertarem propostas exclusivas para lotes isentos de Registro no Ministério da Saúde, desde que comprovado a isenção, não há a obrigatoriedade de apresentação do Alvará de Funcionamento ou Licença de Funcionamento, com validade em vigor e expedido por órgão competente da Vigilância Sanitária.

OBSERVAÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Está disponível no sítio eletrônico desta Prefeitura <http://www.sjc.sp.gov.br>, termo contratual para assinatura eletrônica. O contrato será preferencialmente assinado pelo responsável designado no campo QUEM ASSINARÁ O CONTRATO do anexo do Edital.

1- Para assinatura da Ata/Contrato, anexar documentos oficiais. São documentos oficiais para comprovação da identidade: Carteira de Identidade (RG); Passaporte; Carteira profissional reconhecida por lei; Carteira de Trabalho (CTPS) e Carteira de Habilitação (CNH); com validade 10 anos;

2- O sócio proprietário ou o presidente de entidade deverá comprovar, antes da assinatura, capacidade para representar a empresa ou a entidade isoladamente, mediante cadastro e envio do Contrato Social ou do Estatuto Social através do sistema Prefbook. Caso a administração seja conjunta, deverá também enviar procuração dos demais sócios / diretores delegando poderes para assinatura do contrato / ata / convênio / aditamento e outros. Todos os documentos anexados deverão estar válidos e legíveis;

3- Cópia de contratos, convênios, atas, aditamentos e outros, assinados a partir de 2016, deverão ser retiradas no Portal da Transparência da Prefeitura de São José dos Campos, no link: <https://servicos.sjc.sp.gov.br/contratos/>;

4- Para solicitação de PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ASSINATURA, necessário o envio do pedido via e-mail para dcls@sjc.sp.gov.br;

5- HAVENDO PREVISÃO NO EDITAL PARA RETIRADA DE AUTORIZAÇÃO/ENTREGA DE DOCUMENTOS junto ao gestor de contratos ou departamento de compras e de apresentação de GARANTIA CONTRATUAL (art. 96 da Lei nº 14.133/21) no ato da assinatura, o assinante deverá cumprir previamente tais exigências, cadastrando referidos documentos do sistema Prefbook antes do ato da assinatura, sob pena de não assinar o contrato/convênio/aditamento/outros, ficando a mercê da pena prevista no artigo 90, *caput*, da Lei nº 14.133/21;

6- ATENÇÃO: Será enviado no ato da convocação para assinatura um anexo com “Manual - passo a passo”, sobre como proceder o cadastro, o envio de documentos e a assinatura digital pelo sistema Prefbook.

ANEXO ÚNICO DA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE BANHO

CONTRATADA: ABRAÃO CÉSAR DO NASCIMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA

SD nº: 317/2026

ETP nº: 173/2026

O presente instrumento, formalizado com base nos levantamentos efetivados no Estudo Técnico Preliminar, utilizou como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **cadeiras de banho** descritas no Anexo IA e IC, para atender a demanda dos pacientes inscritos no programa de OPM (Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção) da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto nº 19268/2023, não se caracterizando como bem de luxo.

Item	Cód. Item / produto	Descrição do produto	Un. de Medida	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total	Marca
14	148393	CADEIRA DE BANHO EM ALUMINIO, COM FECHAMENTO FRONTAL, CAPACIDADE ATE 120 KG, ASSENTO 46 CM DE LARGURA E 40 CM DE PROFUNDIDADE, ENCOSTO 40 CM DE ALTURA, APOIO DE PES REGULAVEL E DESMONTAVEL, EIXOS DIANTEIRO E TRASEIRO DESMONTAVEIS, RODA TRASEIRA DE 20" OU 24" COM PNEUS MACICOS, ARO DE IMPULSAO, ENCOSTO REMOVIVEL E LAVAVEL, APOIO DE BRACO REBATIVEL, FREIOS COM ACIONAMENTO PARA FRENTE, ASSENTO EM POLIURETANO COM ABERTURA FRONTAL. COMPLEMENTO CONFORME ANEXO IC.	UN	25	2.519,6000	R\$62.990,00	Ortobrás - H1

15	148394	CADEIRA DE BANHO EM ALUMINIO, FECHAMENTO FRONTAL, CAPACIDADE ATE 120 KG, ASSENTO 38 CM DE LARGURA E 40 CM DE PROFUNDIDADE, ENCOSTO DE 30 A 50 CM DE ALTURA, APOIO DE PES FIXO E REGULAVEL EM ALTURA, RODAS DIANTEIRAS DE 5" MACICAS, RODAS TRASEIRAS DE 20" COM ARO DE NYLON DESMONTAVEIS, ARO DE IMPULSAO DE NYLON, ENCOSTO REMOVIVEL E LAVAVEL, APOIOS DE BRACOS REMOVIVEIS, ASSENTO EM PLASTICO COM ABERTURA FRONTAL. COMPLEMENTO CONFORME ANEXO IC.	UN	14	2.214,2800	R\$30.999,92	Ortobras - Higiênica
17	148396	CADEIRA DE BANHO EM ALUMINIO, ENCOSTO REBATIVEL, SISTEMA DE BASCULACAO DE ATE 45°, APOIO DE PES REGULAVEL E DESMONTAVEL, FREIOS BILATERAIS, RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS DE 6" MACICAS, APOIOS DE BRACOS REBATIVEL, APOIO DE CABECA, CAPACIDADE ATE 120 KG, LARGURA DO ASSENTO 46 CM.COMPLEMENTO CONFORME ANEXO IC.	UN	17	2.223,5200	R\$37.799,84	Ortobras - H3
18	148397	CADEIRA DE BANHO EM TECIDO IMPERMEAVEL, ACOLCHOADO E FLEXIVEL E ESTRUTURA EM ALUMINIO, DOBRAVEL COM FECHAMENTO FRONTAL, CAPACIDADE ATE 75 KG, 3 OPCOES DE TAMANHO.COMPLEMENTO CONFORME ANEXO IC.	UN	43	1.278,8000	R\$54.988,40	Ortobras - H2
19	148398	CADEIRA DE BANHO EM ESTRUTURA DE ALUMINIO COM PINTURA ELETROSTATICA, DOBRAVEL, QUATRO RODIZIOS GIRATORIOS COM FREIOS, APOIO DE CABECA REGULAVEL EM ALTURA, ENCOSTO E ASSENTO REVESTIDOS EM TECIDO NYLON EMBORRACHADO, COM REGULAGEM DE INCLINACAO DO ENCOSTO, CINTO DE TORAX E QUADRIL, ANTI-TOMBOS FRONTAIS E TRASEIROS COM TRAVAMENTO. CAPACIDADE SUPORTADA ATE 80 KG.COMPLEMENTO CONFORME ANEXO IC.	UN	26	1.500,0000	R\$39.000,00	Vanzetti - Juvenil

1.3. Utilização do catálogo de padronização:

1.3.1. O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno

enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

2. DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme materializada no relatório do ETP, a contratação visa aquisição de cadeiras de rodas sem adequação postural para atender a demanda dos pacientes inscritos no programa de OPM da Secretaria Municipal de Saúde.

Os itens descritos no Anexo IA e IC, deverão ser confeccionados e adaptados sob medida para prevenir deformidades e compensar insuficiências funcionais, favorecendo melhora da qualidade de vida, do trabalho e das atividades de vida diária do paciente ao qual se destina o equipamento.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme previsto no relatório ETP, a solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

3.1. Da exigência de amostra: não se aplica

3.2 DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO DE PRODUTOS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS OU “FOLDERS” DOS MATERIAIS OFERTADOS:

3.2.1. O licitante deve apresentar, junto à proposta eletrônica, catálogos, encartes, folhetos técnicos ou “folders” dos materiais ofertados, devendo conter as especificações mínimas solicitadas neste Termo de Referência, e atender aos seguintes enunciados:

- a)** quando o documento anexado estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;
- b)** havendo diversos modelos no documento anexado, o licitante deverá identificar qual a marca/o modelo que está ofertando no certame licitatório.

3.3. Da indicação de marcas ou modelos específicos ou como referência: não se aplica.

3.4. Da vedação de utilização de marca/produto na execução contratual: não se aplica.

3.5. Subcontratação:

3.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.6. Da exigência de garantia da contratação: não se aplica.

3.7. Demais requisitos: o presente Termo de Referência estabelece os principais requisitos para a contratação, conforme descrito a seguir:

3.7.1. Fornecimento do objeto: o fornecimento deverá obedecer integralmente às especificações constantes no Edital, neste Termo de Referência e na prescrição realizada, utilizando, exclusivamente, materiais originais, de primeira qualidade e, quando aplicável, com selo de autenticidade do fabricante, bem como certificados e registros emitidos pelo INMETRO e pela ANVISA.

3.7.2. Habilitação da empresa contratada: o serviço deverá ser executado por empresa de ortopedia técnica habilitada, que deverá indicar, nominalmente, o técnico em adequação postural, responsável pela das adequações posturais, em conformidade com a RDC nº 192/2002, artigo 3º, inciso III, apresentando comprovação de que o referido profissional é sócio, titular ou empregado da empresa (RDC nº 192/2002, artigo 2º). A contratada será integralmente responsável por todas as etapas do fornecimento das cadeiras de rodas e cadeiras de banho, incluindo retirada de medidas presencial, provas, ajustes, montagem, entrega e adequação postural, garantindo que os equipamentos sejam entregues devidamente montados, completos, em conformidade com a prescrição e com as especificações do edital, e aptos para uso imediato.

3.7.3. Normas de confecção e oficina própria: a confecção e montagem dos equipamentos deverão obedecer rigorosamente às normas técnicas aplicáveis e à legislação vigente. A empresa deverá apresentar declaração formal de que possui oficina própria, condições técnicas e equipamentos adequados para confecção de adequações posturais e montagem de cadeira de rodas e banho, sendo proibida realização de quaisquer serviços decorrentes de terceirização, em qualquer fase do processo, salvo nos casos de cadeiras de rodas com adequação postural digitalizada. Cadeiras de rodas digitalizadas deverão ser fornecidas por empresas de ortopedia técnica que comprovem condições técnicas e equipamentos adequados para confecção das mesmas.

3.7.4. Qualificação dos empregados e condições de trabalho: a contratada deverá dispor de empregados habilitados e com conhecimento técnico adequado para execução dos serviços, em conformidade com as normas e determinações da NR-32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde). O serviço deverá ser prestado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, observando sempre a boa prática técnica, normas e legislação aplicável. A capacitação técnica da contratada deverá ser comprovada através de atestado de capacitação técnica do responsável técnico registrado pela empresa em cadeira de rodas e banho e/ ou adequação postural de cadeira de rodas.

3.7.5. Materiais e acessórios: os materiais e acessórios utilizados deverão corresponder

às especificações técnicas descritas em cada item deste Termo de Referência, não podendo estar defasados tecnologicamente. Além disso, deverão atender às necessidades biomecânicas de cada paciente, garantindo sustentação, suporte de peso corporal, segurança e desempenho adequado para a utilização do equipamento.

3.8. Em relação às MEDIDAS E PROVAS:

3.8.1. Responsabilidade pelas medidas e provas: a contratada obriga-se a realizar a tomada de medidas e o acompanhamento técnico necessário até a plena adaptação dos equipamentos ao paciente. A tomada de medidas e a realização de provas deverão ser executadas presencialmente pelo ortesista nominalmente indicado pela empresa, em conformidade com a NR-32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. A empresa contratada será responsável pela retirada de medidas mesmo nos casos em que não haja necessidade de molde, devendo tal procedimento ocorrer **obrigatoriamente de maneira presencial**, sendo vedada a delegação dessa responsabilidade a terceiros. A empresa deverá garantir a exatidão e a fidedignidade das medidas coletadas, assumindo total responsabilidade técnica por elas. Nos casos de materiais pré-fabricados, a empresa deverá realizar, presencialmente, todos os ajustes necessários para assegurar a correta adaptação ao paciente, garantindo conforto, funcionalidade, segurança e eficácia terapêutica do dispositivo.

3.8.2. No ato da tomada de medidas, a Contratada deverá reavaliar a viabilidade do uso do equipamento e comunicar imediatamente ao Fiscal Técnico do contrato qualquer impedimento identificado, para que este acione a equipe prescritora da Prefeitura ou adote as providências cabíveis, incluindo substituição do paciente ou cancelamento do item.

3.8.3. Agendamentos: os agendamentos para medidas, provas, entregas e ajustes deverão ser feitos exclusivamente com a Unidade de Reabilitação de referência, sendo vedado qualquer contato direto do fornecedor com o paciente sem a intermediação da referida Unidade (vide Tópico 3.9 – Prazos).

3.8.4. Locais de atendimento: as medidas, provas, entregas e ajustes deverão ser realizados exclusivamente nos seguintes endereços, de acordo com a região que o paciente reside:

a) Unidade de Reabilitação Centro Norte – URCN: Rua Antônio Moraes de Barros, nº 110, Centro. Tel.: (12) 3922-2722;

b) Unidade de Reabilitação Sul – URS: Rua Letícia, nº 530, Jardim Satélite. Tel.: (12) 3934-2287;

c) Unidade de Reabilitação Leste – URL: Avenida Brasil, nº 491, Monte Castelo. Tel.: (12) 3923-3473.

3.8.4.1 Considerando que o Centro Especializado em Reabilitação III (CER III)

Papa Francisco, localizado na **Avenida Andrômeda, 2601, fundos, Bosque dos Eucaliptos**, encontra-se em fase de construção no município, a **Administração poderá determinar** que as atividades de **medida, provas e entrega** dos dispositivos sejam realizadas nas dependências do referido CER III, após sua disponibilização para funcionamento.

3.8.4.2 A realização das atividades em local diverso dos estabelecidos neste item somente será permitida mediante **determinação formal da Administração**, sendo vedada qualquer iniciativa da contratada nesse sentido.

3.8.5. Materiais e instrumentos: a Contratada deverá comparecer às Unidades de Reabilitação munida de todos os materiais e instrumentos necessários para realizar as medidas, provas e entregas, incluindo, mas não se limitando a: fita métrica, régua antropométrica, equipamentos elétricos compatíveis com a voltagem de 220V, chaves e ferramentas manuais, kits de ajuste; ficha de avaliação identificada com os dados do paciente, autorização de fornecimento e especificação do equipamento a ser concedido.

3.9. Prazos: A contratada deverá cumprir rigorosamente as datas e horários previamente agendados, salvo em casos de força maior, devidamente justificados.

3.9.1. A contratada deverá comparecer em **até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento** para avaliação do paciente, e retirada de medidas.

3.9.2. A contratada deverá solicitar todos os **agendamentos das provas e ajustes com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos**.

3.9.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar todos os ajustes necessários, nos locais indicados pela Prefeitura, respeitando os mesmos prazos de agendamento e comparecimento.

3.9.4. A contratada obriga-se a realizar, presencialmente, todas as provas necessárias até que o equipamento esteja plenamente adequado às necessidades do paciente.

3.9.5. A Contratada poderá requerer formalmente a prorrogação de qualquer etapa antes do término do prazo vigente, mediante justificativa fundamentada e por escrito. Tal solicitação não terá efeito suspensivo automático, cabendo ao setor competente a decisão final sobre a prorrogação. Além disso, o período necessário para a adaptação do paciente ao dispositivo poderá justificar a extensão do prazo contratual, desde que observadas às mesmas condições de solicitação e fundamentação.

4. Informações técnicas: a Contratada deverá fornecer todas as informações técnicas relativas aos equipamentos fornecidos, incluindo, entre outros, a origem dos materiais, orientações de uso, procedimentos de manutenção, tempo estimado de vida útil, cuidados de higiene e limpeza, bem como quaisquer outras instruções pertinentes, assegurando a adequada orientação aos pacientes e à equipe técnica da Prefeitura.

4.1. A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Campos, garantindo acesso livre, a qualquer tempo, às dependências da oficina e a todos os documentos relacionados aos serviços executados ou em execução.

4.2. Responsabilidade por danos: a contratada será integralmente responsável por todos os danos ou prejuízos, inclusive danos materiais, que vier a causar aos usuários ou à prefeitura, em decorrência de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.

5. Em relação à ENTREGA:

5.1. Prazo de entrega: a entrega das cadeiras de banho deverá ocorrer em **até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir** da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.1.1. O não comparecimento do paciente na data agendada, por qualquer motivo, suspende a contagem do prazo, que somente será retomada após seu comparecimento para a realização das medidas e das provas.

5.1.2 A entrega definitiva do equipamento deverá ser realizada presencialmente, exclusivamente pelo técnico nominalmente indicado pela empresa contratada, vedada qualquer forma de terceirização ou substituição por profissional não vinculado ao seu quadro próprio, e ocorrerá somente após a realização da prova do equipamento, com o objetivo de garantir a adaptação prévia, segura e adequada do paciente ao dispositivo prescrito. As cadeiras de rodas e cadeiras de banho deverão ser entregues devidamente montadas, completas, com todos os componentes, acessórios e adequações posturais prescritos, em estrita conformidade com as especificações técnicas previstas no edital e na prescrição, estando o equipamento apto para uso pelo paciente.

5.2. Recibo de entrega: no ato da entrega, o setor administrativo da OPM da PMSJC providenciará o preenchimento do Recibo de Entrega ou outro documento normativo vigente, que será anexado ao processo de concessão do equipamento. O documento deverá ser preenchido pelo servidor participante da entrega e incluir, obrigatoriamente:

- a) Identificação do paciente e da Unidade de Reabilitação;
- b) Número da autorização de fornecimento;
- c) Número do empenho;
- d) Número da nota fiscal;
- e) Data da entrega do equipamento;
- f) Certificado de garantia do serviço realizado pela oficina ortopédica;
- g) Garantia do equipamento fornecido;
- h) Adaptações específicas realizadas;
- i) Selos do fabricante, número de série e certificados/registros emitidos pelo

- INMETRO e ANVISA, quando houver;
- j) Manual de instruções, quando houver;
 - k) Assinatura do responsável.

5.3. Sigilo e proteção de dados: a contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018.

5.4. Declaração de responsabilidade: a Contratada deverá apresentar declaração, em papel timbrado fornecido pela Prefeitura, no ato da entrega ou juntamente com a nota fiscal, confirmando que durante o período de garantia será responsável por intermediar problemas de fabricação e/ou adaptações junto ao fabricante.

5.5. Inspeção e aceitação dos serviços: será realizada inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por servidores competentes, acompanhados dos profissionais responsáveis, para verificar a adequação do equipamento e relacionar os ajustes necessários.

5.5.1. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item que apresente vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

5.5.2. A fiscalização poderá suspender a medição dos serviços até que todas as pendências sejam sanadas.

5.5.3. Serviços não conformes com as especificações do Termo de Referência e edital poderão ser rejeitados, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos sem ônus para a Prefeitura, sem prejuízo de aplicação de penalidades.

5.5.4. É vedada qualquer cobrança direta ao paciente.

5.5.5. A Contratada deve garantir a qualidade do equipamento, providenciando assistência técnica, manutenção, troca, reparação, substituição ou reposição de itens com qualquer irregularidade que impossibilite seu uso pleno, em **até 05 dias úteis a partir do acionamento da garantia**, sem ônus para a Prefeitura ou paciente, salvo uso indevido comprovado.

5.5.6. Considera-se término da manutenção ou ajuste quando o item estiver disponível para uso em perfeitas condições.

6. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

6.1 A presente contratação terá vigência de 40 dias contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2 Poderão ser realizados acréscimo ou supressões nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições de entrega

7.1.1 Em se tratando de bens, cada entrega deverá ser efetuada mediante o instrumento de solicitação por escrito, formalizado pelo contratante, através da Autorização de Fornecimento, na forma e prazo especificado no item **7.1.2.** deste Termo de Referência.

7.1.2. O prazo de entrega dos bens é de 40 dias corridos, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.2. Do local e horário de entrega/execução

7.2.1. O local e hora da entrega serão definidos no instrumento de solicitação, descrito no item **7.1.1.**

7.2.2. As entregas deverão ser realizadas **exclusivamente nos seguintes endereços**, de acordo com a abrangência da Unidade de Reabilitação correspondente ao paciente:

- a) Unidade de Reabilitação Centro Norte – URCN: Rua Antônio Moraes de Barros, nº 110, Centro. Tel.: (12) 3922-2722
- b) Unidade de Reabilitação Sul – URS: Rua Letícia, nº 530, Jardim Satélite. Tel.: (12) 3934-2287
- c) Unidade de Reabilitação Leste – URL: Avenida Brasil, nº 491, Monte Castelo. Tel.: (12) 3923-3473

7.2.2.1 Considerando que o **Centro Especializado em Reabilitação III (CER III) Papa Francisco**, localizado **na Avenida Andrômeda, 2601, fundos, Bosque dos Eucaliptos**, encontra-se em fase de construção no município, a **Administração poderá determinar** que as atividades de **medida, provas e entrega** dos dispositivos sejam realizadas nas dependências do referido CER III, após sua disponibilização para funcionamento.

7.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 05 dias úteis de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

7.2.4. O contratado obriga-se a entregar o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.2.5. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos licitados, bem

como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva do contratado.

7.2.6. Os objetos deverão ser entregues de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.2.7. O contratado obriga-se a entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, quando solicitado, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.3. Condições de recebimento do produto

7.3.1. As regras para os recebimentos provisório e definitivo estão contidas no Plano Básico de Fiscalização – PBF, devidamente publicado no sítio eletrônico do Município, conforme Decreto nº 19.721/2024.

7.4. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica

7.4.1. O prazo de garantia a ser atendido é o constante do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990 (no caso de bens e serviços) e Código Civil (no caso de obras).

7.4.1.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 meses, sendo de 90 dias de garantia legal (art. 26, II, CDC) e 03 meses de garantia contratual (art. 50, CDC) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.4.1.2. A Contratada deverá prestar assistência técnica durante o período de garantia, conforme os prazos abaixo:

- a) Adequação postural, adaptações e acessórios: 06 meses
- b) Cadeira de banho: conforme garantia do fabricante
- c) Cadeira de rodas: conforme garantia do fabricante.

7.4.1.3 Quando a garantia do fabricante for superior aos prazos acima, prevalecerá o prazo do fabricante.

7.4.1.4 O prazo de garantia deve estar dentro da validade do material utilizado para confecção do equipamento.

7.4.1.5 A garantia inclui assistência técnica e manutenção corretiva, abrangendo substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

7.4.1.6 A garantia inicia-se com a entrega efetiva do equipamento, permanece vigente mesmo após o término do contrato e poderá ser acionada quantas vezes forem necessárias dentro do prazo de validade.

7.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem custo adicional para o Contratante.

7.4.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.4.3.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.4.3.2. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.4.4. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7.5. Do prazo para a substituição no caso de defeito:

7.5.1. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no **prazo de até 05 dias úteis**, contados a partir da data de retirada do mesmo das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.5.2. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.5.2.1. O prazo poderá ser prorrogado caso o componente ou peça seja importado, mediante comprovação.

7.5.3. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

8.0 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de entrega/execução, este será anexo do contrato e deverá ser observado no processo de fiscalização.

8.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

- a) número do contrato, da Autorização de Fornecimento ou empenho;
- b) número do processo;
- c) número da licitação;
- d) descrição detalhada do objeto, dos materiais e componentes utilizados;
- e) destaques de impostos ou motivo da isenção/imunidade/não incidência do ISSQN

ou IRRF;

- f) devida identificação do paciente e unidade de reabilitação de abrangência;
- g) data da emissão.

8.2.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida e enviada por e-mail ou entregue em mãos em até 48 horas úteis após o recebimento definitivo dos equipamentos.

8.3. O contratado, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pelo Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.1. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 dias úteis**, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

8.4.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

8.4.3. Persistindo a irregularidade, o contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

8.5. A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

8.6. PAGAMENTO:

8.6.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados da liquidação.

8.6.2. O documento de cobrança do Contratado será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pelo Contratado.

8.6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.4. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

8.6.4.1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6.5. O Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

8.6.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pelo Contratado, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

8.6.7. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento, conforme art. 33 da Lei 14.133/2021.

9.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos previstos no Edital da licitação ou Aviso de Contratação Direta.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado da contratação é R\$ 225.778,16 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), conforme valor unitário referencial discriminado no Anexo IA, definido nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Recurso: TESOURO

Dotação: 60.70.3.3.90.32.10.302.0011.2.058.01.3020000

Natureza da Despesa: 339032 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Projeto/ Atividade: 60055 – PROGRAMA REABILITAÇÃO – OPM ÓRTESES, PRÓTESES, MATERIAIS DE AUXÍLIO À LOCOMOÇÃO.

ATENÇÃO:

e-mail para Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): saude.follow-up@sjc.sp.gov.br e
saudenf@sjc.sp.gov.br